



COMISSÃO CENSITÁRIA ESTADUAL DE SÃO PAULO
ATA DA 2ª REUNIÃO

Aos quatorze dias do mês de setembro de 2009, às 14h30min, no Auditório do Mezanino, no Edifício Cidade I, Rua Boa Vista, 170, Centro, Município de São Paulo, SP, foi realizada a 2ª Reunião da COMISSÃO CENSITÁRIA ESTADUAL, cuja finalidade, conforme Resolução do Conselho Diretor do IBGE nº. 7/2009 de 04/05/2009, é atender ao princípio da transparência dos trabalhos do IBGE, oferecer apoio às instalações e ao funcionamento das Comissões Municipais de Geografia e Estatística (CMGEs) no estado e à divulgação do Censo Demográfico 2010.

A COMISSÃO CENSITÁRIA ESTADUAL tem como presidente o Senhor Francisco Garrido Barcia, representante do IBGE.

Na recepção, os convidados (titulares e/ou representantes) assinaram o Livro de Presença e receberam um cartaz de divulgação do Processo Seletivo Simplificado para contratação de Agentes Censitários e um exemplar da publicação do IBGE “Brasil em Síntese”.

A reunião contou com os seguintes presentes e respectivas instituições:

Nome	Instituição
Alexandre Albuquerque	Federação da Agricultura do Estado de São Paulo - FAESP
Alice Andrés Ribeiro	Movimento Todos pela Educação
Antonieta Fiori	Fund. Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP
Antonio Benedito	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE
Antonio Jardim	Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC
Avelino Garcia Filho	União Geral dos Trabalhadores
Carlos Eugenio C. Ferreira	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE
Cristina G. Tabosa Alves	SABESP
Denise Viani Caser	Sec. Agricultura e Abastecimento – Inst.de Economia Agrícola
Diomedes Quadrini Filho	Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho
Edson de Souza Jr.	Empresa Metropolitana de Águas e Energia - EMAE
Eduardo de Rezende Francisco	AES Eletropaulo
Eliane Aparecida Neres	Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC
Felícia Reicher Madeira	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE
Fernando Braga	CESP
Heitor Collet de Araújo Lima	Secretaria de Estado de Saneamento e Energia
Heloisa Ferreira Filizola	Embrapa Meio Ambiente
Jennifer Sui	Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa - ABEP
José Dínio Vaz Mendes	Secretaria de Estado da Saúde
José Fernando Braga Alves	CESP
Karina Santos	Casa Militar
Kleber Ferreira	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Luiz Antonio Arcuri	Secretaria de Estado de Emprego e Relações do Trabalho
Luiz Baggio Neto	Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Marcia Lima Bandeira	Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social
Maria Alice Bezerra Cutrim	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE
Maria Elisa Capellano	Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa - ABEP
Marisa da Câmara Maluli	Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa - ABEP
Maurícia Carvalho Vasconcelos	Centro Paula Souza



Milton Freitas Nunes	Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social
Miriam Murakami Hiroto	CDHU
Miriam Flora	DERSA
Nádia Pinheiro Dini	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE
Natanael Miranda	FACESP
Nina Bastos	ALESP
Rosana Azevedo Miguel	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE
Sandra Regina Rodrigues de Souza	Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Sonia Costa	Secretaria de Estado de Segurança Pública
Sonia Vilar Campos	SSE/SP
Thais Neves Martoni	Secretaria de Transportes
Vlamir de Jesus Sandei	Polícia Civil
Waldemar Bon Jr	Secretaria de Estado de Saneamento e Energia

O Presidente da CCE, Francisco Garrido Barcia, abriu os trabalhos, agradecendo a presença de todos e, especialmente, o apoio dos Senhores Luiz Antônio Monteiro Arcuri, da Secretaria Estadual de Emprego e Relações do Trabalho, e Gilberto Ramos, da Emplasa, para a realização dessa reunião.

Em seguida, Francisco Barcia apresentou a dinâmica da reunião, dividida pelos seguintes assuntos: processo seletivo simplificado para contratação dos agentes censitários, disponibilização de espaços para instalação dos postos de coleta e apresentação dos instrumentos de coleta do Censo 2010, que seria proferida pela Diretora de Pesquisas do IBGE, Sra. Wasmália Bivar.

Dando prosseguimento, passou a palavra ao Sr. Aparecido Soares, Coordenador Operacional do Censo, que ressaltou a importância da colaboração de todos no processo censitário e agradeceu o engajamento dos membros da CCE. Disponibilizou, ainda, seus dados de contato (e-mail e telefone). Sobre a contratação de pessoal para trabalhar no Censo, explicou que o IBGE optou por realizar dois processos seletivos, pois, dessa forma, amplia-se o número de candidatos que poderão, inclusive, participar dos dois processos. Informou que, nesse momento, acontece o processo para contratação dos mensalistas (agentes censitários), que dispõe de 6.485 vagas para o Estado de São Paulo. Há vagas para cinco funções: Agente Censitário Municipal (1.053 vagas e início dos trabalhos em março/2010), Agente Censitário Supervisor (5.131 vagas e início dos trabalhos em março/2010), Agente Censitário de Informática (212 vagas), Agente Censitário Administrativo (53 vagas) e Agente Censitário Regional (36 vagas e início dos trabalhos em janeiro/2010). Esse pessoal trabalhará nos 645 municípios do Estado de SP, em um total de 65.000 setores censitários previstos, para recensear uma população superior a 41 milhões de habitantes. As inscrições estarão abertas de 21/09 a 06/10, apenas dez dias úteis para o recrutamento de pessoas com o objetivo de preencher mais de seis mil vagas em SP. A prova será no dia 06/12/09. Solicitou, então, o apoio de todos para a divulgação do Processo Seletivo.

Quanto aos postos de coleta, divulgou que deverão ser instalados 1.054 locais de trabalho, entre janeiro e março de 2010, para abrigar os mensalistas e recenseadores, sendo necessário identificar e conseguir esses locais através da mobilização junto às prefeituras, secretarias e entidades parceiras. Esses postos terão que atender às seguintes características: comportar, em média, 6 mensalistas e 40 recenseadores, possuir mobiliário e infraestrutura de comunicação (telefone e banda larga para



transmissão dos dados). Também é importante que o local possua uma segurança mínima. O início de ocupação das salas será em janeiro de 2010, quando serão contratados os Agentes Censitários Regionais.

Aparecido falou também sobre a necessidade de locais de treinamento para o pessoal a ser contratado. Na primeira fase, para treinar os mensalistas, serão necessárias cerca de 260 salas, equipadas com TV e aparelho de DVD, para abrigar, cada uma, até 25 pessoas (dispostas em “U”). Já na segunda fase, quando haverá o processo seletivo para recenseador, serão requeridas de 1.725 a 2.000 salas.

Comentou, ainda, a respeito do Censo Experimental, que está em fase de coleta, mencionando que estão no município de Rio Claro observadores de entidades internacionais, assim como servidores de outras unidades do IBGE.

A palavra foi então passada ao Francisco Barcia, que informou que o Governo Federal disponibilizou ao IBGE, para execução do Censo Demográfico, recursos da ordem de 1 bilhão e 400 milhões de reais. Entretanto, explicou que tais recursos seriam insuficientes se a instituição tivesse que alugar todos os postos de coleta e montar toda a infraestrutura de mobiliário para essas unidades temporárias. Assim, no Estado de SP, nos moldes do que já foi realizado em 2007, no Censo Agropecuário/Contagem da População, o objetivo é fazer o mínimo de locações e obter o máximo de cessões possível, economizando recursos públicos. Acrescentou que as Prefeituras Municipais do interior têm demonstrado muito boa vontade nessa relação de parceria com o IBGE, principalmente através da cessão de locais para treinamento e para postos de coleta. Ressaltou que não estamos pedindo que uma entidade faça uma locação para ceder ao IBGE, mas sim que, por exemplo, uma escola da rede municipal/estadual ceda uma sala, com segurança mínima, na metragem adequada, para abrigar temporariamente, um posto de coleta. E essa parceria será desburocratizada, porque deverá ocorrer através de uma cessão direta, efetuada através de ofício. No caso do Estado de São Paulo, essa tramitação junto aos órgãos estaduais foi facilitada porque o Governador José Serra lançou o decreto 53.709/2008, disponibilizando as entidades a cederem espaço para o Censo 2010.

Em seguida, Francisco Barcia fez um relato sobre a primeira rodada de reuniões das Comissões Censitárias, destacando a realização da primeira reunião da CCE-SP em 05/06/09 e a realização posterior das reuniões das Comissões Municipais de Geografia e Estatística (CMGE). Foram instaladas, de julho a agosto de 2009, 645 Comissões, uma em cada município, tendo como participantes os servidores do IBGE (um deles como presidente da comissão), representantes dos poderes públicos locais, de entidades municipais e outras pessoas representativas da comunidade local. Informou que estão previstas cinco reuniões ordinárias das CMGE, sempre junto às grandes fases do processo de organização do Censo, e que poderão ser realizadas reuniões extraordinárias sempre que for necessário esclarecer qualquer dúvida de qualquer município ou entidade a respeito dos trabalhos censitários. A reunião de instalação foi dedicada à apresentação da base territorial (divisão de município, limites, divisão de setores, distritos...). Destacou o início da segunda fase de reuniões, sempre com o objetivo de prestar esclarecimentos e obter apoio, mas agora com o foco na divulgação do processo seletivo simplificado, cujas inscrições estarão abertas de 21/09 a 06/10, período muito curto e que exigirá um grande poder de mobilização. Nessa segunda fase Ressaltou que a Comissão deverá tratar, ainda, da montagem dos postos de coleta e dos locais para treinamento. E, no caso do município de São Paulo, devido à sua grandeza e complexidade, anunciou que o IBGE inovará com a criação de Comissões Censitárias Locais, incluindo as Subprefeituras e pessoas ou entidades representativas de cada região ou localidade. Assim, exemplificou, poderá haver uma reunião em Paraisópolis, Morumbi ou na Ilha de Bororé.



Concluindo, Francisco Barcia ressaltou que a representatividade das Comissões é muito importante para o IBGE, pois, muitas vezes, após terminado o trabalho do Censo Demográfico, um determinado município vem reclamar dos dados de população. E, quando analisamos toda a tramitação da Comissão Municipal, percebemos que o próprio município não se engajou no acompanhamento dos trabalhos censitários. Reafirmou o compromisso e o esforço por parte do IBGE para que essas Comissões sejam bem sucedidas e que suas atas sejam consistentes, para que registrem e materializem todas as dúvidas, esclarecimentos e todos os apoios que foram prestados pela sociedade local. Ainda segundo Francisco Barcia, queremos tratar eventuais problemas que tenhamos de forma transparente, numa comissão representativa onde todos têm um objetivo comum – assim como a sociedade necessita de informações precisas e fidedignas, o IBGE também está se estruturando para fazer um trabalho de boa cobertura e para a captação de dados com qualidade.

A seguir passou a palavra à Sra. Wasmália Bivar, Diretora de Pesquisas do IBGE, que inicialmente destacou a grande importância das Comissões, e do apoio prestado por seus membros, para o Censo.

Em seguida iniciou a apresentação dos conteúdos do questionário do Censo, acrescentando que, no Censo 2010, haverá a possibilidade de resposta do questionário pela internet, estratégia que está sendo testada junto aos servidores do quadro e no Censo Experimental, que está ocorrendo no município de Rio Claro. Segundo Diretora, essa estratégia é uma garantia adicional para obtermos uma cobertura completa dos domicílios. Nesses casos o recenseador entregará um envelope lacrado com um conjunto de senhas, que permitirá o acesso ao questionário via internet e associará o questionário àquele domicílio específico.

Mencionou também que o IBGE está trabalhando numa base territorial digital, que cruza informações orbitais com os mapas dos setores (que são as áreas de trabalho dos recenseadores). Até o final do ano informou que o IBGE deve concluir o trabalho de georeferenciamento de toda a malha dos setores e, além disso, haverá um cadastro de endereços para fins estatísticos, que estará associado à base territorial. Para cada face de quadra será possível identificar todos os endereços e, conforme a Diretora, as possibilidades analíticas disso serão inéditas.

Segundo Wasmália, em março de 2010 serão contratados os agentes censitários supervisores, sendo que cada um destes será responsável, em média, por sete recenseadores. E, uma das tarefas que esses recenseadores farão, antes do início efetivo do Censo, será percorrer os setores sob sua responsabilidade fazendo um levantamento, através do preenchimento de um formulário para cada face de quadra, com as seguintes informações: se há iluminação pública, se há meio-fio/guia, se há calçada/passeio, se há rampas asfaltadas para cadeirantes, se a rua é pavimentada, se é arborizada, se existe bueiro boca-de-lobo (indícios de sistema de esgotamento), a identificação do logradouro (informação importante para o cadastro nacional de domicílios), se tem lixão ou depósito de lixo tóxico/acúmulo de lixo a céu aberto, se tem esgoto a céu aberto ou vala. Essa operação, associada ao trabalho da base territorial, trará uma infinidade de informações que são fundamentais para o planejamento urbano e que podem ser relacionadas diretamente com questões dos próprios questionários do Censo (Ex: falta de sistema de esgoto X mortalidade infantil).

Sobre o formulário de coleta do Censo 2010, a Diretora de Pesquisas ressaltou que várias questões permaneceram inalteradas (em relação ao Censo anterior), pois é importante manter a comparabilidade histórica dos dados. Wasmália apresentou todas as questões do formulário da Amostra do Censo 2010 e destacou as seguintes informações:



- No bloco sobre o domicílio, caso este seja alugado, a novidade é que há uma pergunta sobre o valor do aluguel. Neste Censo foram também resgatadas duas questões que haviam sido retiradas em 2000: uma sobre o material predominante nas paredes externas do imóvel e outra sobre o piso. Sobre a forma de abastecimento de água, a inovação é uma pergunta sobre a forma alternativa de abastecimento, porque em grande parte do país as pessoas possuem uma combinação de alternativas. Na coleta de lixo, houve um teste sobre a coleta diferenciada, mas infelizmente verificou-se que só existe numa parte bem pequena do território, não tendo relevância em termos numéricos para que valha a pena coletar dados no Censo. Na pergunta sobre energia elétrica a consulta foi aprofundada, perguntando se é de distribuidora e, nesse caso, se o medidor é exclusivo ou comum a mais de um domicílio. A Diretora de Pesquisas esclareceu que o objetivo dessa pergunta é saber onde existe uso compartilhado do medidor, pois a fonte básica de atualização do cadastro de endereços nos anos pós-Censo será as informações advindas das empresas distribuidoras de energia elétrica, e o endereço que elas possuem é o endereço do medidor, sendo que um medidor pode atender a diferentes domicílios. Com essa pergunta planeja-se saber onde o endereço do medidor corresponde a mais de um domicílio para, nesses casos, haver maior atenção aos registros das companhias de eletricidade. E, como a energia elétrica hoje é um serviço praticamente universalizado, a pergunta central hoje diz respeito à qualidade no acesso, ou seja, por quanto tempo diário ela está disponível.

Sobre a existência de bens duráveis, haverá perguntas sobre: rádio, geladeira, máquina de lavar roupa, telefone celular, telefone fixo, motocicleta, microcomputador com acesso a internet e microcomputador sem acesso a internet. Essas questões dizem respeito à qualidade de vida, acesso à informação e comunicação.

A Diretora explicou que para a operacionalização da pesquisa é necessário que seja definido um responsável por domicílio, uma pessoa sobre a qual serão traçadas todas as relações existentes no domicílio. No Censo 2010 o IBGE perguntará se o domicílio possui um único responsável ou mais de um. Assim, será reconhecido o fenômeno da responsabilidade compartilhada, com estatísticas a partir disso.

A questão da família convivente foi eliminada do questionário, mas todas as relações de maternidade serão identificadas com clareza a partir da pergunta *se tem mãe viva*, assim como as questões de nupcialidade.

Foi incluída uma questão sobre a existência de registros de nascimento.

- O bloco sobre emigração internacional é outra novidade, sobre o IBGE divulgará, posteriormente, a estrutura etária das pessoas que emigraram, data da partida e para quais países.

- No bloco *Cor/raça* – além de compor o questionário da amostra, essa questão foi incluída no questionário básico.

- Deficiência – sofreu pequenas mudanças na sua formulação, mas esse formato foi bastante discutido e aprovado, inclusive, pelo Grupo de Washington (grupo da ONU que o Brasil integra).

- Migração – sobre a migração interna, haverá uma pergunta sobre qual foi o último município onde a pessoa morou e quanto tempo faz que ela fez essa migração, pois, dessa forma, o IBGE poderá estabelecer os fluxos migratórios e suas diferentes periodicidades.

- Educação – Houve aperfeiçoamentos. O IBGE perguntará, por exemplo, se a pessoa concluiu outro curso de graduação. Será perguntado, ainda, sobre os



deslocamentos: se a pessoa estuda no município onde reside ou em outro município ou país estrangeiro.

- Nupcialidade – Não houve modificações, com exceção da pergunta sobre se a pessoa vive na companhia de cônjuge ou companheiro. Se a resposta for positiva, o respondente deverá identificar, dentre os moradores do domicílio, o nome desse cônjuge/companheiro.

- Trabalho e rendimento. Foi o bloco que menos mudou, mantendo-se, no geral, as questões do Censo 2000. Na desocupação houve um pequeno ajuste para adequação às recomendações internacionais – esta se aplica a alguém que, além de tomar uma iniciativa concreta para encontrar trabalho, deve estar disposta a assumi-lo.

- Deslocamento para o trabalho – é um bloco inteiramente novo, com quatro perguntas. Para os deslocamentos longos (mais de 60 minutos) pergunta-se em que bairro/localidade a pessoa trabalha, para tentar identificar que deslocamentos demandam muito tempo da população.

O IBGE perguntará ainda, pela primeira vez, se foi a própria pessoa que prestou informações ou quem o fez em nome dela.

Também haverá questões sobre mortalidade, que servirão como mais um parâmetro para compararmos com os registros do SUS/Ministério da Saúde e do próprio registro civil elaborado pelo IBGE.

Finalizando, a Diretora de Pesquisas destacou que essa construção do formulário de coleta foi bastante discutida em reuniões com pesquisadores, especialistas e ministérios, e também de sugestões encaminhadas através da página do IBGE e de e-mails. Foram também consideradas as recomendações internacionais e as experiências dos países, pois a comparabilidade internacional é um fator muito importante.

Sobre o questionário básico, informou que, além da questão cor/raça, o que mudou substancialmente é que em 2000 o IBGE perguntava a renda e educação do responsável (uma única pessoa). Foram feitos vários testes e, no Censo 2010, optou-se por perguntar a renda de todos os moradores do domicílio para compor a renda domiciliar.

Após as colocações de todos os componentes da Mesa, o Presidente da Comissão abriu espaço para a manifestação dos demais presentes, transcritas abaixo:

1. Sandra Regina Rodrigues de Souza – FUNASA:

- Com relação ao saneamento, na parte da coleta de lixo, qual foi a dificuldade para formular a pergunta sobre coleta diferenciada?

Na área de educação, não está sendo perguntado sobre pós-graduação *lato sensu*. Qual a avaliação do Ministério da Educação sobre isso?

Resposta da Sra. Wasmália Bivar, Diretora de Pesquisas do IBGE:

- A especialização está sendo perguntada. Quem faz especialização assinala essa opção. Só não perguntamos em qual área, pois haveria inúmeras opções de resposta.

No caso do lixo, fizemos testes sobre coleta seletiva, mas verificamos uma baixíssima frequência. É um serviço que ainda está em fase de política de implantação.



3. Eduardo Francisco – AES/Eletropaulo:

- Sobre a visita que os supervisores farão antes do Censo, para qualificar as faces das quadras, essas informações serão disponibilizadas ao final como microdados? Desde já digo que, como uso pelas empresas de energia, seria fantástico, principalmente pelo aspecto da iluminação pública.

Fico feliz em ver que a renda total também consta do questionário básico, pois facilita os estudos que desenvolvemos comparando o consumo de energia elétrica com a renda. Para o município de São Paulo adianta que o consumo de energia elétrica médio por área de ponderação tem uma distribuição que é associada em 97% com a distribuição de renda. Temos utilizado muito o consumo de energia elétrica agregado por área de ponderação como variável substituta de renda. Então sugiro incluir mais uma pergunta – qual o seu consumo de energia elétrica típico – para que se possa balizar toda aquela bateria de renda que é bastante sofisticada.

Estudei o Censo 2000 em comparação com o critério Brasil em termos de classificação econômica (A, B, C, D, E). O questionário de 2000 não permitia que eu caracterizasse a atividade econômica exatamente como os institutos de pesquisa fazem. Isso porque, para algumas perguntas, eu coletava a existência (ou não) e no critério Brasil eu tinha o número de bens, e vice versa. Tenho a impressão que no Censo 2010 faltaria o número de máquinas de lavar e o número de geladeiras pra ficar igual ao critério Brasil para que eu possa caracterizar uma família como C1, C2, B1, B2, etc. Na modificação que foi feita de 2000 para 2010, incluindo o número de TVs e de automóveis, foi feito um balizamento pelo critério Brasil? Se não, ainda há a possibilidade de fazê-lo?

Resposta da Sra. Wasmália Bivar, Diretora de Pesquisas do IBGE:

- Lamento não termos recebido suas sugestões quando estávamos estudando as contribuições para compor o questionário, mas agora não é mais possível acrescentar questões. Se algo não funcionar no Censo experimental, só podemos modificar/retirar questões, mas é muito difícil entrar algo novo. Daqui até agosto de 2010 só poderemos trabalhar em aperfeiçoamentos.

Sobre o levantamento que será efetuado pelos supervisores, tudo será tornado público.

Alice Andrés - Todos pela Educação

- Para os alunos que declaram que estão na escola pública, gostaríamos de saber se esta é municipal, estadual ou federal. Na primeira reunião da CCE disseram que essa pergunta seria contemplada no Censo.

Gostaria de entender também a escolha por estudar melhor a renda e não a educação de todos os membros da casa. Isso já existia e foi retirado?

Seria interessante cruzar os dados do INEP com os do IBGE nessa distribuição de matrículas para saber onde está havendo desvio de recursos.

Resposta da Sra. Wasmália Bivar, Diretora de Pesquisas do IBGE:

- A boa notícia é que incluímos na PNAD, que está indo a campo agora, uma pergunta, para os alunos da rede pública, sobre se esta é federal, estadual ou municipal, sendo que estes dados poderão gerar uma série histórica. No Censo o bloco sobre educação já é muito sensível, pois há os diferentes regimes de educação e os nomes se confundem na cabeça da população, então a pessoa que responde tem dificuldade em prestar as informações para todos os membros da família. Também vimos que, pela



composição dos alunos do INEP, é possível ver que escola está em qual município; é possível criar uma estimativa bem robusta, no nível municipal, dessas três categorias.

Sobre a escolha da renda, esta recaiu sobre a opção que nos dava melhor qualidade de resposta e menor tempo. O tempo exigido para pegar as informações sobre a educação de todos os moradores era muito longo. Optamos pela renda como escolha operacional. No Censo temos que percorrer todo o território nacional, indo em todos os domicílios, em apenas em três meses. Então, qualquer coisa que aumente muito o tempo pode até inviabilizar o Censo.

Mas será possível cruzar os dados dos alunos que frequentam a escola com o total dos alunos atendidos pelo sistema como um todo. É amostral, mas é uma amostra de quase 7 milhões de domicílios.

Denise Viani, Secretária de Agricultura e Abastecimento

- Como vocês estão encarando a questão da recusa da informação?

Resposta da Sra. Wasmália Bivar, Diretora de Pesquisas do IBGE:

- Toda informação, para o IBGE, é declaratória. É muito importante que possamos contar com a boa vontade das pessoas em prestar as informações. O que nós fazemos é um grande trabalho de convencimento. A imprensa é uma grande aliada nossa, no sentido de colocar essas operações do IBGE em destaque diante da população.

Resposta do Sr. Francisco Garrido, Coordenador Estadual do Censo:

- Inegavelmente o grau de dificuldade nas pesquisas domiciliares tem aumentado, principalmente nos grandes condomínios (horizontais ou verticais). Inclusive estamos trabalhando essa questão através das Comissões Censitárias Locais em regiões específicas, nas quais pretendemos criar uma estratégia de abordagem. Não queremos tirar a segurança dos moradores, mas ter a capacidade de extrair essas informações através da mobilização e sensibilização.

Antonieta Fiori - Instituto de Terras do Estado de São Paulo

- Com relação à infraestrutura para alojar os mensalistas e, futuramente, os recenseadores, gostaria de saber por quanto tempo teríamos que disponibilizar esse espaço. Para os mensalistas a previsão de início é janeiro, e qual a previsão para o término dos trabalhos? E, com relação aos equipamentos, o que esse imóvel deve ter? Com relação ao deslocamento na área rural, como isso ocorrerá?

Resposta do Sr. Aparecido Soares – Coordenador Operacional do Censo

- Alguns postos terão que ser instalados em janeiro, mas há uma etapa anterior de preparação desses locais. Então temos que conseguir os postos e prepará-los antes de janeiro/2010. Em março teremos que estar com esses postos preparados para todos os servidores que trabalharão no Censo. Então, em alguns locais os postos deverão ser instalados em janeiro e, em outros, em março. O período vai de janeiro ou março a dezembro de 2010 – total de 9 a 12 meses.

Em relação aos equipamentos, precisaremos de mobiliário (mesas, cadeiras, armários), telefone e comunicação de banda larga. Os computadores (laptops, netbooks, PDA) serão disponibilizados pelo IBGE.

Em relação ao deslocamento na área rural, as entidades podem fornecer combustível e veículo para ajudar no transporte dos recenseadores e supervisores.



Marisa Malulli - ABEP

- Com a evolução muito rápida do consumo da população, da imigração e etc., os dados acabam ficando defasados muito rapidamente. Depois do Censo Demográfico em 2010, quando será a próxima tomada de informações? Continuará sendo a cada dez anos?

Resposta da Sra. Wasmália Bivar, Diretora de Pesquisas do IBGE:

- Nestes moldes em que o Censo é feito, em geral tem uma periodicidade grande. A maior parte dos países faz o Censo decenal com uma contagem da população no meio da década. Pouquíssimos países fazem com um intervalo menor. Essa demanda de informação municipal com uma frequência menor não é só uma demanda brasileira. Recentemente dois países (França e Estados Unidos) começaram a trabalhar no modelo de Censo Contínuo. Ao invés de você fazer num determinado momento do Censo todo o território, você passa a fazer uma grande parte e aprimora a cada ano, pra obter estimativas no nível municipal. A idéia do Censo Contínuo é se ter uma pesquisa com um ciclo de cinco anos. Em cada ano você cobre 20% do território, de forma que, após cinco anos, você cobriu todo o território. E você não faz Censo, você faz amostras. A partir do 6º ano você joga fora a primeira que você fez e começa a levar a série pra frente. É como se todo ano você tivesse atualizando a informação no nível municipal.

Nós acompanhamos essas experiências bem de perto e já iniciamos um teste de Censo Contínuo. São cinco municípios em todo o país em que estamos efetuando esse tipo de coleta desde o ano passado até porque queremos comparar o resultado desse tipo de procedimento com o do próprio Censo. A idéia é que esses testes se concluam em 2011 e possamos ver se realmente em 2015, ao invés de propormos uma contagem da população, possamos propor a realização de um Censo Contínuo – no sentido que cubra todo o território em cinco anos.

José Roosevelt – IBGE

- Todas as pessoas poderão optar por responder o questionário via internet?

Resposta da Sra. Wasmália Bivar, Diretora de Pesquisas do IBGE:

O questionário via internet deverá ser aplicado predominantemente nas situações em que houver dificuldade na coleta das informações e, nesse caso, o recenseador é que atribuirá ao domicílio um envelope contendo as informações (incluindo senha) para acesso e preenchimento do questionário daquele domicílio (que já será previamente definido se é amostral ou básico) via internet.

Ao final das perguntas, a representante do Todos pela Educação, Alice Andrés, sugeriu que o IBGE encaminhasse aos membros da CCE, via e-mail, um documento contendo as especificações para os postos de coleta, para que então as instituições possam verificar suas possibilidades de colaboração. Francisco Barcia, acatou a sugestão e informou que este procedimento de envio por e-mail seria realizado de forma que o IBGE possa cadastrar as contribuições das entidades.

Finalizando os trabalhos, o Presidente da Comissão agradeceu a presença de todos, colocou o IBGE à disposição das entidades e informou que a próxima reunião da CCE deverá ocorrer no início de 2010. Às dezessete horas e quinze minutos deu a reunião por encerrada.

São Paulo, 14 de setembro de 2009